

A CENSURA DA OBRA AMORAS, DE EMICIDA: INFÂNCIA, REPRESENTATIVIDADE E DISPUTAS IDEOLÓGICAS NA LITERATURA INFANTIL

Marissol Ferreira Batista Cavalcanti ¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar, à luz da Análise do Discurso (AD) de filiação pecheutiana, os discursos de censura presentes em episódios de cerceamento à obra de literatura infantil *Amoras, de Emicida*. A censura se materializou por meio de postagens circuladas na internet, em redes sociais como Instagram, Meta e o canal de notícia G1, e, apesar de sua origem em 2023, ainda reverbera nas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas. Esse episódio provoca questionamentos por parte de familiares de alunos quando a obra é sugerida para compor acervos de projetos literários voltados à promoção de debates sobre representatividade étnico-racial e discussões sobre a temática africana e afro-brasileira nas escolas, conforme previsto pela Lei 10.639/2003. Diante disso, o estudo busca analisar e refletir, por meio da abordagem pecheutiana, os discursos que justificam a censura da obra no contexto educacional, examinando suas causas e implicações para a formação de leitores críticos. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, analisando, por meio da AD pecheutiana, matérias jornalísticas e documentos públicos relacionados aos episódios de censura, além do conteúdo da obra *Amoras*. A fundamentação teórica inclui obras de Orlandi (2012, 2015, 2020), Althusser (2022), Zilberman (2003), bem como textos de Matos, Jorge, Juca (2019) e Menezes de Souza e Hashiguti (2022). A análise revela que os discursos de censura operam como um projeto político conservador que visa o silenciamento de narrativas antirracistas e o apagamento simbólico da cultura afro-brasileira no âmbito educacional. Assim, nas considerações finais, discuto as tensões entre educação, educação antirracista, liberdade de expressão e as políticas de silenciamento que prejudicam a formação de leitores críticos, ao interferirem no acesso a obras que abordam a temática africana e afro-brasileira no contexto escolar. Tal cenário amplia as barreiras sociais e contribui para a reprodução de episódios de intolerância socialmente perpetuados.

Palavras-chave: Censura, Literatura Infantil, Educação Antirracista.

INTRODUÇÃO

Dormia ainda D. Quixote, quando o cura pediu à sobrinha a chave do quarto em que estavam os livros ocasionadores de prejuízo; e ela lhe deu de muito boa vontade. Entraram todos, e com eles a ama; e acharam mais de cem grossos e grandes volumes, bem encadernados, e outros pequenos.

A ama, assim que deu de cara com os olhos neles, saiu muito à pressa do aposento, e voltou logo com uma tigela de água-benta e uma hissope, e disse: — Tome Vossa Mercê, senhor licenciado, regue esta casa toda com água-benta, não ande por aí algum encantador, dos muitos que moram por estes livros, e

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, marissolfbc@gmail.com.



nos encante a nós, em troca do que nós queremos fazer a eles desterrando-os do mundo.

Riu-se da simplicidade da ama o licenciado, e disse para o barbeiro que lhe fosse dando os livros um a um, para ver de que tratavam, pois alguns poderia haver que não merecessem castigo de fogo (Cervantes, 1960. p. 38-39).

Início este estudo com uma epígrafe extraída da obra Dom Quixote de la Mancha, escrita por Miguel de Cervantes no século XVII. Embora o trecho pertença a um contexto ficcional e a uma época distante, transcorridos mais de três séculos, ele revela uma questão cada vez mais presente na sociedade contemporânea: a censura a obras literárias, frequentemente associada à suposta influência que os livros exercem e/ou poderiam exercer sobre o comportamento das pessoas, especialmente das crianças e jovens, vistas como seres frágeis e facilmente influenciáveis.

Segundo o dicionário Michaelis (2025, online), a censura é:

- 1 - **Ação ou efeito de censurar;**
- 2 - **Exame de trabalhos artísticos ou de material de caráter informativo, a fim de filtrar e proibir o que é inconveniente, do ponto de vista ideológico ou moral;**
- 3 - **Grupo de pessoas responsáveis por esse exame;**
- 4 - Departamento onde se trabalha esse grupo de censores;
- 5 - Autoridade ou função do censor;
- 6 - Exame crítico de trabalhos artísticos ou informativos;
- 7 - **Reprovação ou crítica desfavorável; desaprovação;**
- 8 - Advertência enérgica; repreensão ou reprimenda severa;
- 9 - PSIC Mecanismo psíquico em que os desejos e impulsos condenáveis são controlados e reprimidos no consciente; censor;
- 10 - Pena leve aplicada por algumas instituições, conforme o regimento disciplinar ou o código de conduta;
- 11 - REL Pena disciplinar aplicada ao pecador, com o intuito de reparar a culpa;
- 12 - **REL Condenação de obras artísticas por parte da Igreja;**
- 13 - **Censura prévia, JUR: exame antecipado, de caráter proibitivo, que o Estado faz em obras, geralmente de cunho artístico, a fim de proibir suas apresentações ou publicações.**

Embora todos os tópicos apresentados se relacionem, direta ou indiretamente, com práticas que podem incidir sobre os livros, considero relevante destacar alguns deles por apresentarem vínculo mais explícito com atos censórios voltados aos materiais literários no âmbito escolar. Tais práticas têm como finalidade avaliar a adequação das obras a partir de filtros ideológicos, políticos, religiosos e morais. Essa avaliação, conduzida por grupos ou indivíduos investidos de autoridade para exercer tal função, resulta, muitas



vezes, na desaprovação ou reprovação de determinadas produções literárias, em detrimento daquelas consideradas moralmente edificantes ou transmissoras de valores normativos.

De acordo com Viana, Muriel-Torrado e Prado (2024, p. 1), a censura “acompanha a história da humanidade desde a invenção da escrita” e não se restringe a países sob regimes governamentais conservadores. Contudo, os autores destacam que o aumento de relatos de atos censórios coincide com a atuação de grupos políticos e setores da sociedade civil movidos por vieses religiosos, conservadores e moralistas (Viana; Muriel-Torrado; Prado, 2024). Assim, observa-se que, nos últimos anos, a instituição escolar tem se configurado como um espaço de intensas disputas ideológicas.

Nesse contexto, profissionais da educação, especialmente os bibliotecários, área em que se insere esta experiência, têm se deparado com situações recorrentes de censura e cerceamento de obras literárias. As justificativas para tais restrições são diversas, abrangendo desde alegações de inadequação do conteúdo ao público infantil e juvenil até a abordagem de temas considerados impróprios ou sensíveis, como genocídio, escravidão, racismo, diversidade e gênero, entre outros. Contudo, essa prática proibitiva acaba por empobrecer as experiências estéticas dos leitores e por limitar o acesso à diversidade cultural e simbólica que a literatura proporciona.

Estudos como os de Ceccantini, Galvão e Valente (2024), professores e pesquisadores responsáveis pela organização da obra **Literatura infantil e juvenil na fogueira**, reúnem textos de sua autoria e de outros estudiosos dedicados à temática da censura na literatura voltada ao público infantil e juvenil. A coletânea apresenta relatos de episódios de censura a obras literárias ocorridos em diferentes regiões do país e em variadas instituições, evidenciando tanto os casos quanto as justificativas que os sustentam. Essa produção, além de dar visibilidade ao problema, fomenta reflexões sobre as sanções impostas ao campo literário e aponta caminhos possíveis para seu enfrentamento. Desse modo, ao investigarmos tais práticas ou ao nos manifestarmos publicamente — seja por meio da oralidade, seja por produções acadêmicas —, assumimos uma posição ideológica em defesa da literatura e contrária à censura, que silencia vozes e impõe comportamentos de forma autoritária.

Dessa forma, o estudo propõe-se a analisar e refletir, sob a perspectiva da abordagem de filiação pecheutiana, a partir dos textos de Orlandi (2012, 2015, 2020), os discursos que justificam a censura à obra *Amoras* no contexto educacional, examinando suas causas e implicações para a formação de leitores críticos. O texto está organizado



em seções: a primeira, de caráter introdutório, contextualiza a escolha da temática e apresenta os objetivos do estudo, seguida da descrição da metodologia adotada. Na sequência, são expostos os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, seguidos dos resultados e das discussões referentes ao episódio de censura praticado contra a obra *Amoras*, amplamente repercutido na internet e noticiado pelo portal G1 em março de 2023. Por fim, as considerações finais destacam os desafios enfrentados pela instituição escolar na promoção de debates sobre inclusão, representatividade e diversidade, em um contexto educacional marcado pela polarização e por visões religiosas e políticas de cunho conservador.

METODOLOGIA

Adotou-se, neste estudo, uma abordagem qualitativa fundamentada nos pressupostos da Análise de Discurso (AD) de filiação pecheutiana. O corpus analítico é composto por uma matéria jornalística publicada no portal G1, em março de 2023, que noticiou o ato de vandalismo e censura direcionado à obra *Amoras*, de Emicida, além de documentos públicos de repercussão relacionados ao episódio. O objetivo da análise é compreender como os discursos censórios se constituem e quais efeitos de sentido produzem na formação de leitores e nas práticas educacionais contemporâneas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No cotidiano da atuação biblioteconômica escolar, tenho observado, com frequência, solicitações de substituição de obras literárias que abordam temáticas consideradas “inadequadas” ou “sensíveis” para o público infantil e juvenil. Esse movimento tem despertado preocupações e inquietações, sobretudo por evidenciar um tensionamento entre a função social e formativa da literatura e as práticas de silenciamento ainda presentes no ambiente escolar.

A literatura é considerada por Cândido (1995, p. 6) como uma necessidade universal que dá forma aos sentimentos humanos, sendo a ausência de acesso a esse bem uma espécie de mutilação imposta ao sujeito. Embora a literatura se configure ainda como uma ferramenta potente para a promoção de debates sobre pluralidade, diversidade



cultural, representatividade e outras temáticas indispensáveis à formação de uma sociedade mais justa, plural e tolerante, o autor destaca que “a organização da sociedade pode restringir ou ampliar a fruição deste bem humanizador” (Cândido, 1995, p. 6). Em semelhante entendimento, Paulino e Cosson (2012, p. 92) destacam sobre a

capacidade da obra literária de tratar de temas e questões que de outra forma não seriam aceitas ou teriam dificuldade de circular socialmente. Não se trata apenas de tematizar um assunto delicado, mas sim de tornar público, de fazer o leitor participar da questão, levando temas guardados em esferas sociais específicas para um círculo maior de pessoas.

Desse modo, pensar a linguagem literária como ferramenta de aproximação entre o ser humano e o mundo social, ao abordar de forma sensível e estética os problemas que o atravessam, revela-se como possibilidade de construção de outros modos de conhecimento, aqueles que, por outras vias, seriam de difícil acesso. Entretanto, observa-se que, em muitos contextos escolares, ainda prevalece uma postura de conformidade social em detrimento do enfrentamento crítico dessas questões.

A obra *Amoras*, do rapper e escritor Emicida, publicada em 2018, que se inscreve nesse movimento ao propor, de maneira poética e sensível, uma afirmação da identidade negra na infância. Em 2023, o livro passou a ser alvo de censura em escolas públicas brasileiras, sendo retirado de acervos sob a justificativa de conter “conteúdo inadequado”. Essa censura manifestou-se por meio de postagens que circularam em redes sociais, como Instagram, Meta e no portal de notícias G1 e, embora tenha se originado naquele ano, ainda reverbera em diversas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas.

Ressalta-se que a inserção de temáticas como essa no ambiente escolar é assegurada pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003). A legislação determina que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados em todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras.

Apesar da obrigatoriedade legal, observa-se nas instituições de ensino do país um cenário de desrespeito sistemático à lei, marcado por episódios recorrentes de intolerância, muitas vezes vinculados a convicções religiosas. Essa resistência revela não apenas a tentativa de restringir o debate sobre questões raciais e culturais, mas também



uma prática de silenciamento que reforça a “normatividade”, entendida como o “conjunto de elementos e de regras que silencia outras formas, negando sua existência” (Menezes de Souza; Hashiguti, 2022, p. 155). Trata-se de uma prática que priva as novas gerações do direito de reconhecer-se na pluralidade de narrativas e identidades que constituem o Brasil. No contexto desta análise, é pertinente considerar que a escola atua como um aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1985). Segundo a concepção althusseriana, tais aparelhos funcionam predominantemente pela ideologia e, de forma secundária, pela repressão, moldando o comportamento dos sujeitos e, conseqüentemente, nesse contexto, influenciando e regulando sua relação com a literatura.

É possível inferir, a partir do conceito de Lypp (1997) mencionado por Zilberman (2003, p. 63), que os interventores do literário concebem a literatura sob uma perspectiva “adultocêntrica”. Embora o público consumidor seja formado por crianças, as reflexões sobre o que é bom ou ruim, adequado ou inadequado “provêm do adulto, que a analisa, em primeiro lugar, de acordo com os seus interesses e que, além disto, a descreve em comparação com o tipo de arte posta à disposição dele, qual seja, a literatura propriamente dita, sem adjetivos” (Zilberman, 2003, p. 63). Em outras palavras, trata-se de uma visão de mundo centrada na perspectiva adulta, que desconsidera o olhar, as experiências e o universo simbólico infantil.

A próxima seção dedica-se à análise discursiva dos episódios de censura envolvendo a obra *Amoras*, com base nos conceitos da Análise do Discurso (AD), em sua vertente pecheutiana, a fim de compreender as causas e implicações dessas práticas para a literatura africana e afro-brasileira, bem como seus efeitos na formação de leitores críticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de adentrar a descrição dos episódios analisados, é essencial considerar as condições de produção nas quais os discursos censórios se inscrevem. De acordo com Orlandi (2015, p. 28), as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. No contexto deste estudo, os discursos censórios emergem em um cenário social e político marcado pela ascensão de movimentos conservadores e religiosos que tensionam o espaço escolar e o papel da literatura na formação crítica dos estudantes.



Esses discursos manifestam-se em meio a disputas ideológicas em torno da implementação da Lei nº 10.639/2003, que determina o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana como parte integrante do currículo escolar. Nesse contexto, as Formações Ideológicas (FI) correspondem às posições nas quais os sujeitos se inscrevem, sejam elas religiosas, morais ou políticas (Orlandi, 2015), e estruturam o modo como os sujeitos percebem o mundo e nele se posicionam. Essas formações sustentam os sujeitos enunciadore, ora ancorados em valores moral-religiosos, ora em princípios de uma educação plural e antirracista.

Com base em Orlandi (2012), podemos inferir que essas posições ideológicas são determinantes das Formações Discursivas (FD), as quais delimitam o que pode e o que não pode ser dito sobre representatividade e diversidade cultural nas escolas, de acordo com a posição ideológica ocupada pelo sujeito. Assim, as formações discursivas observadas nas manifestações de vandalismo dirigidas à obra *Amoras*, quando analisadas à luz da AD pecheutiana, revelam uma tentativa de manter a hegemonia de um saber eurocêntrico e cristão, em oposição a discursos que valorizam a identidade negra e as religiões de matriz africana.

Em março de 2023, a obra *Amoras*, escolhida para compor a Ciranda Literária de uma escola localizada em Salvador, capital da Bahia, foi vandalizada por uma mãe de aluno da instituição. O episódio ganhou ampla repercussão na internet, sendo noticiado por veículos de comunicação, como o G1, e amplamente compartilhado nas redes sociais.



Figura 1: Repercussão do vandalismo e censura praticados à obra *Amoras*.
Fonte: Pesquisa Google.

A partir desse acontecimento, emergiram questionamentos de familiares de alunos de outras instituições escolares. Um caso recente, possivelmente influenciado pela



repercussão do episódio anterior, ocorreu no primeiro semestre de 2025, em uma escola da rede privada localizada no interior de Minas Gerais. Nessa ocasião, a mesma obra foi indicada para compor o projeto de literatura também intitulado de *Ciranda Literária*, desenvolvido com turmas da Educação Infantil e voltado à promoção de debates sobre representatividade étnico-racial. Contudo, alguns familiares solicitaram a retirada e substituição do livro, alegando que a instituição estaria incentivando a idolatria aos orixás e utilizando a obra de um autor cujo nome artístico, “Emicida”, estaria supostamente associado a práticas ilícitas.

Convém esclarecer que o nome artístico do autor não possui qualquer relação com atos de homicídio. Leandro Roque de Oliveira, nascido no bairro Jardim Cachoeira, na Zona Norte da cidade de São Paulo, é rapper, cantor, letrista e compositor de reconhecimento nacional (Ferreira, 2025, online). O nome “Emicida” resulta da fusão dos termos “MC” e “homicida”, remetendo metaforicamente à sua habilidade em “matar” os adversários nas batalhas de improvisação por meio da força da palavra. Assim, o posicionamento dos familiares evidencia um desconhecimento acerca do autor e de sua trajetória artística, sustentado por interpretações de senso comum.

A obra em questão, escrita por Leandro Roque de Oliveira (Emicida) e ilustrada por Aldo Fabrini, é um texto de literatura infantil inspirado em uma canção homônima e dedicado à filha do autor, Estela. A narrativa convida à reflexão sobre o pensamento infantil e a natureza divina, ressaltando a beleza das meninas pretas ao compará-las a amoras. Ao final, apresenta um glossário com definições de termos relacionados à cultura africana, como Obatalá e Orixás, além de referências a figuras históricas relevantes na luta contra o racismo, como Martin Luther King e Zumbi dos Palmares. Trata-se, portanto, de uma obra que dialoga diretamente com os princípios da Lei nº 10.639/2003, proporcionando, sob uma perspectiva artística e cultural, o contato das crianças com elementos da cultura afro-brasileira, conforme determina a referida legislação.

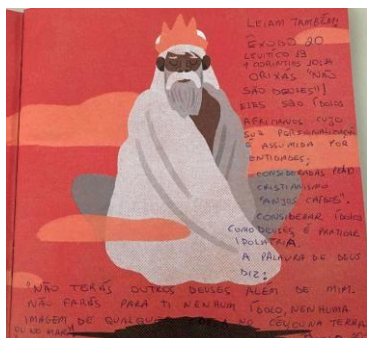
Nesse contexto, é pertinente recorrer a Mattos, Jucá e Jorge (2019, p. 82), que discutem a relevância do legado diaspórico deixado pela população africana no Brasil, amplamente presente nas “práticas culturais diversas, incluindo as religiosas e musicais, manifestadas em comunidades urbanas, rurais e quilombolas”. Essa contribuição, contudo, tem sido frequentemente desvalorizada, uma vez que a sociedade brasileira e, por extensão, muitos contextos escolares, ainda privilegia o saber eurocêntrico, isto é, uma visão de mundo e um sistema de conhecimento que tomam o continente europeu e suas expressões culturais como padrão histórico e intelectual universal.



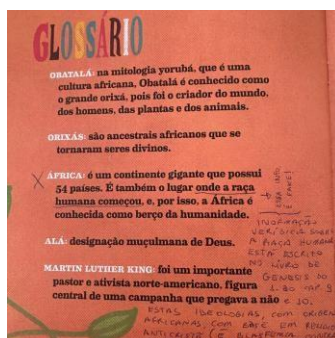
Durante a leitura desses trechos, um familiar da criança registrou enunciados de contestação ao conteúdo apresentado, orientando-se por suas próprias formações discursivas e por interpretações consideradas mais adequadas acerca da origem da humanidade, conforme mostram as figuras abaixo. Nesse sentido, é pertinente recorrer a Orlandi (2015, p. 40-41), ao afirmar que “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Assim, o sujeito que enuncia o faz a partir de uma formação discursiva que define o que pode ou não ser dito, de acordo com a posição ideológica na qual está inscrito.

No contexto deste estudo, as formações ideológicas que sustentam o discurso de censura privilegiam o saber eurocêntrico, o adultocentrismo e visões religiosas e políticas de caráter conservador. A censura, portanto, reflete o posicionamento de um sujeito inscrito nessa formação ideológica, que busca manter a “normatividade”, ou seja, o conjunto de regras que nega outras formas de existência. Nessa perspectiva de análise, destacam-se alguns dos enunciados escritos pela mãe da criança:

E1



E2



E3

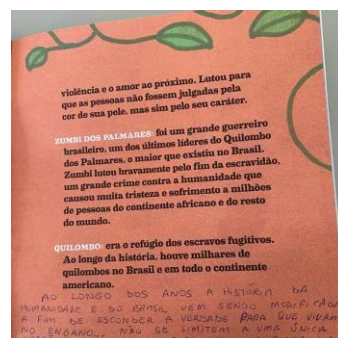


Figura 3. Imagens da obra *Amoras*, vandalizada.
Fonte: Canal de notícias G1 (2023).

E1:

Leiam também Êxodo 20, Levítico 19, 1 Coríntios 10: 14.
Orixás não são deuses! Eles são ídolos africanos cuja a sua personificação é assumida por entidades; consideradas pelo Cristianismo como “anjos caídos! Considerar ídolos como deuses é idolatria. A palavra de Deus diz: “Não terá outros deuses além de mim. Não farás para ti nenhum ídolo, nenhuma imagem de qualquer obra no céu, ou na terra, ou no mar” (Êxodo 20) (G1, 2023, online).

E2:

Essa info. é fake!
Informação verdadeira sobre a raça humana está no livro do gênesis do 1 ao cap. 9 e 10.
Estas ideologias, com origens africanas, com base em religiões anticristã (é blasfêmia contra o Deus vivo).
Vulgo o criador (G1, 2023, online).

E3:

Ao longo dos anos a história da humanidade e do Brasil vem sendo modificada a fim de esconder a verdade para que vivamos no engano... Não se limitem a uma única versão das histórias, mas vão em busca da... (G1, 2023, online).

Analisa-se discursivamente os enunciados, à luz dos conceitos de paráfrase e polissemia. O que permite compreender o embate de sentidos instaurado entre a obra e sua recepção. Conforme Orlandi (2015, p. 34), ao “pensarmos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente”, referência à tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos.

Para a autora, “há na paráfrase algo que se mantém”, isto é, “a memória” (Orlandi, 2015, p. 34). A paráfrase, portanto, constitui a matriz do sentido, pois “não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo”. Os episódios analisados, ainda que ocorram em tempos e lugares distintos, como o vandalismo registrado em Salvador (2023) e a solicitação de retirada em Minas Gerais (2025), retomam o mesmo gesto discursivo, configurando um interdiscurso, isto é, um já-dito que reaparece sob novas formas e reafirma posições ideológicas de base conservadora e religiosa.

Já a polissemia, por outro lado, permite o deslocamento e a emergência de novos sentidos. Segundo Orlandi (2015, p. 34), ao “tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos; no entanto, falamos com palavras já ditas”. Assim, o jogo entre o parafrástico e o polissêmico manifesta-se na tensão entre o mesmo e o diferente, constituindo o próprio movimento da significação e revelando o embate entre formações discursivas distintas.

Sob essa perspectiva, a obra *Amoras* produz sentidos de pluralidade e valorização da diversidade étnico-racial e religiosa. Entretanto, o discurso censório tenta reduzir essa polissemia a um único “sentido negativo”. Exemplifica-se essa tentativa nos enunciados da mães, que associam a obra à idolatria ou à blasfêmia, e na equivocada vinculação do nome do autor a práticas ilícitas. Desse modo, confirma-se que “todo dizer é ideologicamente marcado”, não sendo a linguagem neutra ou transparente (Orlandi, 2015, p. xx) o que exige refletir sobre o modo como os sentidos se constituem nas práticas discursivas e sobre os efeitos de sentido produzidos por diferentes posições de sujeito.

Finalizo o estudo apresentando um quadro analítico no qual foi elaborado uma síntese dos principais conceitos mobilizados (FI, FD, Memória, Interdiscurso, Paráfrase



e Polissemia). Tal sistematização permite visualizar como os discursos censórios se constituem e se articulam ideologicamente, reforçando a hegemonia de uma formação ideológica conservadora.

Conceito (AD Pecheutiana)	Definição resumida	Exemplo/Excerto no texto	Análise de funcionamento discursivo
Formação Ideológica (FI)	Conjunto de valores e crenças que estruturam o modo como os sujeitos percebem o mundo.	Enunciados da mãe: “Orixás não são deuses... são ídolos africanos...”	Revela inscrição do sujeito em uma FI cristã e conservadora , que orienta a censura e sustenta o julgamento moral do conteúdo da obra.
Formação Discursiva (FD)	Conjunto de dizeres possíveis a partir de uma posição ideológica.	As postagens religiosas que reprovam a obra e as matérias que a defendem.	Mostra o confronto entre duas FDs: uma religioso-conservadora e outra educacional-antirracista , que disputam sentidos no espaço escolar.
Memória Discursiva	Repertório de dizeres anteriores que sustentam a produção de novos sentidos.	Repetição de discursos religiosos que associam elementos africanos à “idolatria”.	Demonstra como o já-dito da tradição cristã se reinscreve na censura contemporânea, atualizando velhas práticas de silenciamento.



Interdiscurso	Conjunto de discursos que circulam socialmente e constituem o campo do dizível.	Reiteração de argumentos religiosos e morais em diferentes episódios (Salvador 2023 / Minas 2025).	Indica o retorno de sentidos cristalizados (o “já-dito”) que se reproduzem em novos contextos, mantendo o controle simbólico.
Paráfrase	Processo discursivo de repetição e manutenção de sentidos.	“Orixás não são deuses” / “Essas ideologias são anticristãs.”	A paráfrase reforça o mesmo gesto discursivo, mantendo a ideologia hegemônica que reduz o texto literário a uma ameaça moral.
Polissemia	Movimento de deslocamento de sentidos; abertura para novos significados.	Trecho da obra <i>Amoras</i> : “Diferentes culturas atribuem diversos nomes a Deus.”	A polissemia proposta pela obra — diversidade e inclusão — é bloqueada pela censura, que tenta restringir o texto a uma única leitura literal e moralizante.

Considerando os limites desta breve análise, que não tem a pretensão de esgotar a complexidade da temática abordada, ressalta-se a importância de refletir sobre os sentidos produzidos nos enunciados e suas implicações discursivas na formação de leitores. O percurso aqui traçado evidencia que o discurso, entendido como “efeito de sentidos entre interlocutores” (Orlandi, 2020, p. 149), adquire forma e densidade à medida que circula socialmente, revelando tensões, disputas e possibilidades de resignificação que atravessam as práticas de leitura e os modos de produção de sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite compreender que a censura imposta ao literário — e, neste estudo, especificamente à obra *Amoras*, de Emicida — não constitui um fato isolado, mas integra um projeto de silenciamento sustentado por formações discursivas



que buscam controlar e restringir o acesso a leituras que promovem a representatividade negra, a pluralidade e a diversidade no espaço escolar. Em contrapartida, privilegia-se a circulação de leituras moralizantes e consideradas ideologicamente edificantes sob uma ótica religiosa, reforçando uma visão homogênea e excludente da cultura e da literatura.

A observação dos enunciados inscritos nas páginas vandalizadas da obra evidencia marcas ideológicas que revelam posições de sujeito e valores sustentadores das ações praticadas. A análise dessas manifestações permite identificar a permanência de discursos conservadores que vinculam a representatividade negra e as referências à cultura afro-brasileira a significações negativas, expressando resistência e temor diante de identidades historicamente marginalizadas e silenciadas. Esses dizeres, ao se reinscreverem na materialidade discursiva contemporânea, revelam o funcionamento de uma formação discursiva que procura preservar a hegemonia de um saber eurocêntrico e cristão, reafirmando o interdiscurso religioso como forma de controle simbólico sobre o que pode ou não ser dito no espaço escolar.

Os resultados evidenciam que a censura dirigida às narrativas afro-brasileiras atua na legitimação da normatividade dos saberes eurocêntricos que, historicamente, estruturam o currículo escolar brasileiro. Tal movimento contribui não apenas para o apagamento e o silenciamento de vozes marginalizadas, mas também para a reprodução de desigualdades e de práticas racistas no contexto educacional. Essas ações comprometem o potencial político e emancipatório da literatura, que, conforme defendem Cândido (1995) e Orlandi (2015), deve garantir o acesso à pluralidade simbólica e à fruição estética.

Nesse sentido, a defesa da presença de obras como *Amoras*, entre outras que abordam a representatividade negra, ultrapassa a dimensão literária: trata-se de um posicionamento político e pedagógico comprometido com uma educação voltada à democratização da leitura e à promoção de práticas antirracistas no contexto escolar. Essa perspectiva visa à formação de leitores críticos, capazes não apenas de reconhecer-se na pluralidade de vozes que compõem a sociedade brasileira, mas também de atuar ativamente no enfrentamento das práticas racistas presentes no ambiente educativo.

Assim, conclui-se que ao tensionar discursos hegemônicos e promover o debate sobre a diversidade étnico-racial e religiosa por meio da literatura infantil, cria-se uma via de resistência e de desconstrução das normatividades que sustentam a exclusão e o silenciamento. Dessa forma, resistir à censura e combatê-la é reafirmar a literatura como uma via de diálogo, alteridade e liberdade simbólica.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 107 p.

BRASIL. **Lei no 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 5 dez. 2024.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 235-263.

CECCANTINI, J. L.; GALVÃO, E.; VALENTE, T. A. **Literatura infantil e juvenil na fogueira**. Belo Horizonte: Aletria, 2024. 552 p.

CERVANTES, M. D. **Quixote de la mancha**. Tradução de António Feliciano de Castilho. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1960. 465 p. (Clássicos Jackson, v. 3).

EMICIDA. Amoras. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018. 44 p.

FERREIRA, C. Emicida. AFROFILE. **Afrofile**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.afrofile.com.br/herois/emicida#:~:text=Leandro%20Roque%20de%20Oliveira%2C%20mais,Foto:%20Julia%20Rodrigues>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MATTOS, A. M. de A.; JUCÁ, L. C. V.; JORGE, M. L. dos S. Formação crítica de professores: por um ensino de línguas socialmente responsável. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, n. 15, p. 64-91, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/pensaresemrevista/article/view/38666/29444>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MELO, M. **Livro infantil do rapper Emicida é vandalizado por mãe de aluno com críticas às religiões de matriz africana**. Salvador, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T; HASHIGUTI, S. Decolonialidade e(m) Linguística Aplicada: uma entrevista com Lynn Mario Trindade Menezes de Souza. **Polifonia**, Cuiabá, v. 29, n. 53, p. 149-147, jan./mar., 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/14865>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MICHAELLIS. Censura. **Dicionário de Língua Portuguesa**. MICHAELIS UOL. [S. l], 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/censura/>. Acesso em: 25. jul. 2025.



ORLANDI, E. P. **Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 7. ed. Campinas: Pontes Editora, 2023. 332 p. 117-142.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editora, 2020. 163 p.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 160 p.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editora, 2015. 98 p.

ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.). **Discurso e textualidade**. 3. ed. Campinas: Pontes Editora, 2017. 234 p.

PAULINO, G.; COSSON, R. A literatura no território dos direitos humanos *In*: CANDIDO, A. **Vários escritos**. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 87-109.
QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org). **A COLONIALIDADE DO SABER**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. San Pablo: CLACSO, 2005. p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. San Pablo: CLACSO, 2005.

VIANA, R. T.; MURIEL-TORRADO, E.; PRADO, J. M. K. do. Páginas proibidas: censura de livros no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 1- 26, 26 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.138667> Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/138667>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ZILBERMAN, R. **Literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003. 238 p.



